

Curso/Disciplina: Direito Civil Objetivo

Aula: 63 – Boa - Fé Objetiva: boa-fé restritiva de direito; boa-fé como dever jurídico

Professor(a): Rafael Mota

Monitor(a): Jessica Dourado

Aula nº. 63 – Boa - Fé Objetiva: boa-fé restritiva de direito; boa-fé como dever jurídico

Teoria do Adimplemento Substancial

- O art. 475 do Código Civil permite a resolução unilateral do contrato.

CC. Art. 475. A parte lesada pelo inadimplemento pode pedir a resolução do contrato, se não preferir exigir-lhe o cumprimento, cabendo, em qualquer dos casos, indenização por perdas e danos.

- Resolução: extinção do contrato em razão do inadimplemento
- O adimplemento substancial busca evitar o exercício abusivo do direito na resolução unilateral do contrato.
- O adimplemento substancial é a impossibilidade de resolução unilateral do contrato em razão da ausência de proporcionalidade entre a prestação devida e a conduta do devedor.
- O STJ aplica a Teoria do Adimplemento Substancial.
- Quanto o devedor tem que ter pago para alegar o adimplemento substancial: análise casuística.

Supressio e Surrectio

- *Supressio*: é a perda de um direito em razão do seu exercício tardio.
- *Surrectio*: é o surgimento de um direito em razão de uma situação jurídica consolidada no tempo.
- Tutela da legítima expectativa.
- Serão aplicados nas hipóteses de exercício de um direito potestativo que não tem prazo decadencial previamente fixado.

Boa-fé Objetiva

- A boa fé do art. 422 do Código Civil impõe deveres jurídicos anexos a toda relação contratual e, seu não cumprimento gera o inadimplemento do contrato.

CC. Art. 422. Os contratantes são obrigados a guardar, assim na conclusão do contrato, como em sua execução, os princípios de probidade e boa-fé.

- Lealdade, probidade, transparência, segurança, cooperação, etc.
- Descumprimento: gera a inadimplência → violação positiva do contrato.